

O interesse da crítica

Roberto Schwarz

Seja como for: *Entrevistas,
retratos e documentos.*

São Paulo: *Duas Cidades.*

Editora 34, 2019.

Carolina
Peters



iante de um compilado de textos diversos, esparsos no tempo, quase a todos já publicados e alguns, inclusive, editados em livro, convém perguntar: o que nos dizem em seu recém-nascido conjunto, nesse arranjo e ordenação originais? Pairam sempre as hipóteses de mero preciosismo documental ou mesmo de uma reunião casual, acrescidas da justificável desconfiança frente ao mercado editorial brasileiro, onde muita coisa falta, menos as republicações requentadas, eventu-

almente “requintadas” com ilustrações ou capa dura, daquele texto há muito editado e ainda disponível nos estoques das livrarias. *Seja como for*, para nos valermos da expressão luminosa que dá nome ao último livro de Roberto Schwarz (organizado com o auxílio de César Marins, Marcelo Lotufo, Marcos Lacerda, Maurício Reimberg, Milton Ohata e Vinícius Dantas), investigar essas hipóteses a princípio bastante razoáveis, mas que firmam o acento sobre a arbitrariedade da composição, conduziria inevitavelmente a afirmar certo *nonsense*, impelindo a resenhista ao tedioso catálogo protocolar de textos do volume que não responderia à pergunta inicial. Parece, assim, mais apropriado e instigante afastar a suspeita que evocam e perseguir outro caminho, decupado das palavras do próprio autor: de que a forma de um livro, como uma objetividade apreendida pelo trabalho crítico, independe, para ser posta, das intenções do escritor.

Feitas as devidas ressalvas, uma vez que não se trata de uma obra literária, mas de uma reunião extensa e bastante plural de documentos, depoimentos, entrevistas, notas editoriais, perfis, intervenções, além de uma deliciosa carta enviada a Antonio Candido, único escrito inédito, é curioso analisar o índice e perceber que o primeiro título e o último são destacados dos dois grandes blocos em que se divide o livro.

De início, sob o título de “Bastidores”, lemos um relatório “estritamente reservado” produzido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em

novembro de 1972, que trazia anexa uma tradução encomendada de “Cultura e política, 1964-1969”. O zeloso relator informa que, após “18 horas de labor”, o artigo publicado na revista *Les temps modernes*, dirigida pelo “criptocomunista Jean-Paul Sartre”, cuja versão inglesa já constava nos arquivos da CIA, encontrava-se agora em português, devendo ser doravante remetido à “**Escola Superior de Guerra**, para os devidos estudos, conclusões e **planificação de contra-ação** (não policial, nem policial-militar)” (os grifos são do próprio DOPS). Há aí mais que a preocupação em vigiar a produção acadêmica e artística brasileira, mesmo fora dos limites do território nacional. Interessa à repressão apropriar-se dos apontamentos reconhecidos, apesar da intransponível divergência ideológica, como corretos, embora certamente cautelosos ao revelar “os planos” de resistência cultural à ditadura – “ninguém acreditará que o autor **Roberto Schwarz** possa ser catalogado como insensato”, anota o agente –, a fim de aniquilar qualquer vestígio de insubordinação. Combate, diga-se de passagem, de modo algum restrito ao âmbito da violência de Estado e ainda manifesto na presente obsessão com o dito “marxismo cultural”, cujo fundamento real (além das fragilidades políticas e sociais) fora demonstrado no aludido artigo.

O desfecho, por sua vez, fica a cargo da correspondência de Roberto com seu grande professor contando as “Peripécias de um doutoramento” no verão parisiense de 1976. Nesse epílogo, deixamos a coxia

da atuação intelectual de Schwarz (e da vida social brasileira) para adentrar o grande palco do velho mundo, onde nosso protagonista precisa vencer os arbítrios e artimanhas de um vilanesco catedrático antimarxista para obter, finalmente, o título de doutor sem descharacterizar por completo o argumento de sua tese, como lhe exigia o avaliador. Com a defesa agendada e após a reconfiguração da banca examinadora, agora sem a presença do antagonista, o relato pode se afastar da angústia do ocorrido e assumir um envolvente tom cômico, sem abrir mão das avaliações contundentes. A dimensão pessoal do escrito potencializa um traço de estilo já aludido por alguns dos interlocutores nas entrevistas que o precedem: certa bossa com que Roberto transita entre as altas formulações teóricas e as expressões mais cotidianas. Posição que, declara no depoimento sobre os 40 anos do CEBRAP, o acompanhou desde muito cedo, afastando-o, inclusive das aulas de sociologia de Florestan Fernandes, cuja exposição cifrada, exaustivamente técnica, ele recriminou.

Sob os holofotes da democracia europeia ocidental, a censura à produção intelectual que recusa a apologia e a crítica parcelar resignada do capitalismo, acompanhando a moda categorial de turno, recorre a meios mais sutis que aqueles operados desde os porões das ditaduras do terceiro mundo. Antípodas no sumário, os episódios contemporâneos, embora afastados no espaço, em certa medida convergem. A caserna encontra a Sorbonne, desvelando aquilo

que o autor alemão muito caro a Schwarz anotou há mais de 150 anos – *na colônia está a verdade da metrópole*. Lembrança pertinente, uma vez que um dos temas mais insistentes no conjunto de entrevistas escolhidas para compor o livro é justamente a conturbada recepção de “As ideias fora do lugar”.

A questão é de tal forma recorrente que por vezes *Seja como for* parece um último esforço de passar a limpo as ideias e, com o perdão do trocadilho, colocá-las no seu devido lugar (aliás, trata-se provavelmente de um acaso, mas não deixa de ser sugestivo que “Tira-dúvidas”, a transcrição de uma longa conversa ocorrida na UFRN, ocupe praticamente o centro da coletânea). À luz desse dado poderíamos talvez resgatar aquela hipótese aventada de preciosismo, mas isso seria abstrair o conteúdo efetivo da iniciativa do crítico em corrigir reiteradamente os equívocos na interpretação de seu pensamento. Ao denunciar os conservadores (quando não os francamente reacionários) como os principais interessados em afirmar que as ideias modernas estrangeiras, particularmente as que se possam caracterizar progressistas, não teriam razão de ser por aqui¹, Roberto nos convida a dar “um passo adiante de nosso limite” de modernidade periférica, sempre com o cuidado de não exagerar a tônica da imaginação em detrimento da consciência histórica – afinal, como pondera, é possível que a

¹ A título de curiosidade, enquanto esta resenha era escrita, o presidente do conselho de uma grande rede de lojas disse em entrevista ao Valor Econômico que “o Brasil está permanentemente de cinco a dez anos atrás dos países mais avançados”, o que a seu ver é uma “vantagem colossal”, pois significa menor concorrência no mercado interno.

renúncia da consciência histórica seja um passo à frente?

Evidente que, para ele, não se trata nunca de uma transposição mecânica de formulações alienígenas, o que reforça o nexo entre os exercícios de interpretação social e a atividade de crítico literário. O que convida também a remontar às origens do ensaio, autonomizado, ao longo dos anos e das reedições em antologias, de *Ao vencedor as batatas*, para o qual fora concebido como capítulo introdutório. Quando o problema se colocava nos termos “o Brasil [...] é a medida da ordem burguesa, [ou] o Brasil é um efeito dela”, Machado de Assis ofereceu uma posição privilegiada, avessa aos dualismos simplificadores, para observar a dinâmica da sociedade de classes própria dessa periferia do capitalismo. E isso para além de suas grandes obras de maturidade. “Quando comecei a escavar um pouco mais [os primeiros romances machadianos], vi que ali havia um mundo”, conta ao comemorar três décadas de publicação do livro, “os romances da primeira fase são muito mais interessantes do que eu esperava [...] nada disso eu tinha presente quando comecei a pesquisa”.

Se, por um lado, os rumos da investigação escaparam ao projeto prévio, submetendo-se à “precedência metodológica da obra” – como ele diz a respeito do procedimento analítico de Candido, em nada estranho ao *primado da objetividade* marxista –, por outro, desde o princípio Schwarz encarou essa literatura tendo em vista as urgências do momento histórico e a necessidade de compre-

ender profundamente o país. Nesse sentido, é particularmente interessante e inspiradora para as novas gerações de pesquisadores a aproximação que faz entre os seus escritos sobre Machado, instigados pelo quadro da ditadura civil-militar, e os de Dolf Oehler sobre Baudelaire, Daumier e Heine, insuflados pelas mobilizações do Maio de 68, exemplo que sublinha sua ideia de que “a crítica tem interesse quando cristaliza e aprofunda interesses vivos, interesses que existem na sociedade”, sem os quais estaria autocondenada à irrelevância.

É preciso ressaltar como o alheamento promovido pelos modismos teóricos, contra os quais Roberto não mede palavras, acompanha o aprofundamento da divisão do trabalho e da especialização na universidade. Afastando-se das análises parcelares e condescendentes com o *establishment*, a forma literária aparece como objeto excepcional de investigação dos processos sociais, desvelando em sua legalidade interna singular os traços da *totalidade* – categoria posta de lado com a voga do que se chamou totalitarismo. E isso apesar das intenções de seu criador.

Neste ponto, reencontramos nosso mote: *Não sabem, mas fazem*. A constatação marxiana não é de modo algum avessa aos problemas da arte (não à toa, foi escolhida por György Lukács como epígrafe de sua grande *Estética*) e seu eco pode ser reconhecido nas formulações de Schwarz em vários momentos. Aliás, a relação de Roberto com a tradição dialética, guardando sempre distância dos manuais economicistas, é uma

das principais linhas de força do livro. Nos textos aqui reunidos há um extenso material para quem se interessar por seu percurso formativo, desde a proximidade familiar com Anatol Rosenfeld até o convívio no grupo de estudos de *O capital*, do círculo boêmio que frequentava a Biblioteca Municipal às lições de Antonio Candido, além, é claro, da relação com os escritos do filósofo marxista húngaro, contato iniciado ainda na casa dos pais.

Lukács é seguramente uma das figuras marcantes nos testemunhos, inclusive como alvo de crítica. Dentre as objeções ao pensamento lukácsiano, uma merece destaque pela ousadia de comparar o húngaro, que ostentou incontestável filiação ao marxismo, a Walter Benjamin, cujo sentido da produção bastante fragmentária, bruscamente interrompida pelo nazismo, é ainda hoje objeto de grande disputa teórica. Diz Schwarz em entrevista a Augusto Massi: “Walter Benjamin tem um modelo de análise que é mais materialista que o de Lukács” no qual a problemática da forma se compõe “do confronto [das ideologias] com o momento histórico contido nas próprias técnicas literárias”. Esta citação é a mais detida, mas a afirmação, extremamente provocativa, reaparece abreviada em outras entrevistas, infelizmente sem maiores desdobramentos.

Investigar a validade da proposição foge ao escopo de uma resenha, cabendo apenas ponderar os limites de uma abordagem nos termos da oposição entre os dois autores em muitos aspectos complementares, como inclusive lembra

reiteradamente o próprio Schwarz. Em todo caso, seu núcleo de reivindicação do caráter materialista do pensamento benjaminiano permanece um assunto vivo e de modo algum restrito ao âmbito da pesquisa acadêmica, tema para o qual vale o mesmo comentário que fez a respeito de sendas abertas pelos trabalhos de Beatriz Sarlo, ou dos achados teóricos de Gilda de Mello e Souza: eis “uma verdadeira mina para o leitor que não seja preguiçoso”.

Divergências à parte, qualquer que seja a referência em foco, se Benjamin, Lukács ou mesmo Adorno ou Antonio Candido, prevalece uma mesma aquisição intelectual em suas reflexões sobre a forma: a *eficácia* como categoria primordial de análise estética, mais fecunda e rigorosa que a noção de intencionalidade, demasiado subjetivista. Contudo, a razoabilidade da afirmação não o livrou da acusação de “excesso de marxismo”, e se há no sumário um “Braço de ferro sobre Lukács”, em verdade a disputa mais acirrada protagonizada por Schwarz neste livro se dá em torno da interpretação de *Minha vida de menina*, cuja força atribui “em primeira instância à incrível capacidade de ir ao essencial dos casos [...] e em seguida, mas decisivamente, à riqueza e à profundidade das conexões internas do conjunto”. Afinal, como poderia a obra de autoria tão singela, criação de uma pré-adolescente interiorana sem qualquer pretensão de esteta, figurar ao lado de *Dom Casmurro*? Verdade seja dita, parte substantiva do desconforto dos senhores que interpe-laram sua leitura dos diários de infância

de Helena Morley não diz respeito a Marx, antes expressa dúvida quanto ao “gosto das meninas pela inteligência”, reconhecido por Schwarz como ponto de convergência entre Helena e Capitu.

Como convém à boa tradição dialética, a preocupação formal jamais prescinde da compreensão do conteúdo. A relação indissolúvel entre os dois momentos singulares é explicitada, talvez mais que em qualquer outro momento do livro, em uma passagem brevíssima na qual o crítico contrapõe *Cidade de Deus*, especialmente o romance, a *Tropa de elite*. Narrados de um ângulo similar, interno, respectivamente, à vida de bandidos e à ação policial, seus efeitos são bastante distintos. Se no primeiro caso a proximidade permite acompanhar de perto a violência quase anônima, sem evocar no leitor o reconhecimento naqueles personagens, no segundo, o prestígio da farda e o elenco estrelado propiciam ao espectador “se identificar à violência desvairada e aprovar inclusive a tortura”.

Identificação, em todo caso, já colocada como possibilidade existente na própria sociedade, e que acompanhou anos mais tarde o que Roberto apontou na “Declaração de voto”, concedida às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, como a “volta do que o Brasil tem de obscurantista, para dar cobertura à liberdade completa do capital”, aspecto nacional que estudou com minúcia na literatura. Uma pergunta, porém, permanece no final desse trajeto nem sempre linear da leitura, que leva dos anos 1970 aos nossos dias: Estamos

diante apenas de um *retorno*, portanto, de determinações já conhecidas, ou será necessário um renovado esforço crítico para desvelar formas fundamentalmente novas, ainda emergentes? *Seja como for* e enquanto as respostas não são produzidas, a fórmula lapidar da locução que serve de título, pinçada das falas de Schwarz, sugere uma direção para o pensamento. Não no sentido de um “tanto faz”, como talvez possa parecer, mas uma articulação das ideias que, sem relevar as análises e postulações sintaticamente precedentes, desloca a ênfase para as necessárias consequências que delas devem ser extraídas.

CAROLINA PETERS é graduada em Letras pela UFRJ e mestranda do PPGFIL-UFMG em Ética e Filosofia Política. Estuda a estética tardia de György Lukács.